

Mandato

Ulysses pára de se empenhar pelos cinco para Sarney

Janio de Freitas

Um país em agonia

Há muito deixou de ser política, nem esperteza vulgar é mais: agora é indecência em estado puro, é a degradação moral mais agressiva para com as pessoas ainda decentes deste país, é a corrupção desabrida como jamais se viu ou presumira, esta operação de compra e venda de constituintes para que votem nos cinco anos de mandato ambicionados por José Sarney. O Brasil saiu da ditadura para a sarjeta.

O mal feito ao Brasil e aos brasileiros pelos dois anos e oito meses de governo Sarney vai perdurar por décadas. Já se instalaram em Portugal sessenta mil brasileiros. Também as embaixadas e consuladas da Itália, do Canadá, da Austrália, entre outros, não têm como dar vazão às filas de jovens desejosos de abandonar o Brasil. A esperança está lá fora. E há tão pouco tempo —foi ontem, foi em março de 85, foi só há dois anos e oito meses— o Brasil inteiro chegava a estar febril de esperanças. Tantas que seriam até exageradas, não fosse o fato de que o exagero de esperanças é que leva os homens e os povos a superar os limites lógicos do seu fazer.

De teressado do Brasil, desligado dos brasileiros, incapaz de uma verdade, o governo Sarney substituiu as esperanças por esta lassidão dos agônicos que se espalha por todo o país.

Os constituintes que se venderam por canais de TV, de rádio, por nomeações, por dinheiro mesmo, tornaram incerto o resultado da decisão preliminar, esperada para amanhã na Comissão de Sistematização, do mandato de Sarney. Como o ministro Aureliano Chaves, que é óbvio candidato à Presidência mas

não assume com franqueza esta condição, encaminhou seus comandados para votar nos cinco anos, levantamentos de ontem sugeriam que este mandato passaria a contar com 51 votos, contra o máximo de 42 para os quatro anos. E a união dos corruptos com a vestal hesitante.

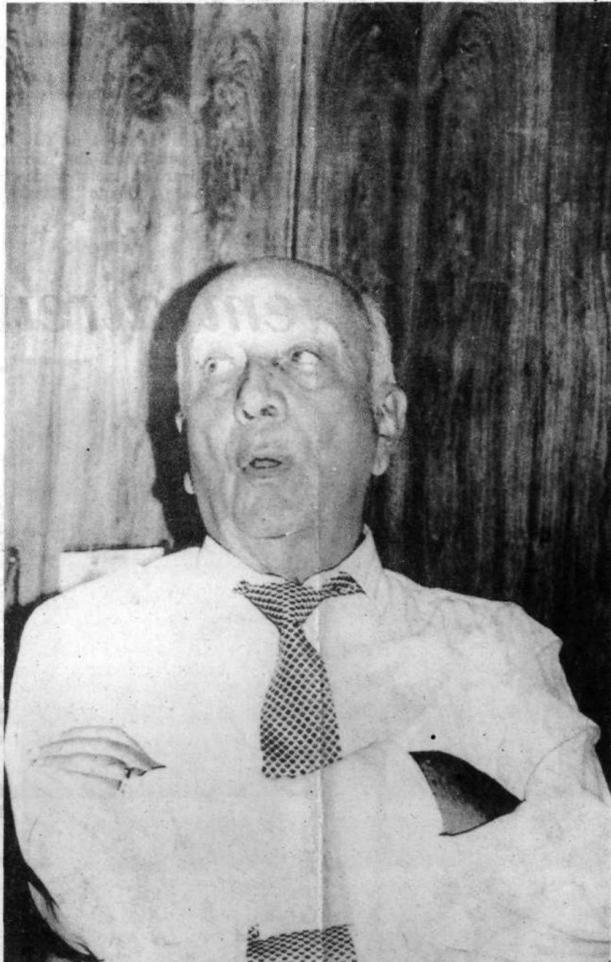
Se muita gente tem dúvidas sobre a possibilidade de atravessar mais um ano e pouco de governo Sarney sem convulsões que abalariam o país, o que se esperar, se aprovado o mandato de cinco anos, de mais dois anos e tanto de omissão administrativa, de negócios, de inverdades? O que se esperar, no país, da permanência de um governo que só terá permanecido pela corrupção que invadiu a Constituinte?

Diz-se que o governo Sarney, seja qual for o tempo pelo qual permanecer, já acabou. É verdade. Até porque não nasceu, nunca foi governo. Mas o problema é outro: é que ele não acabe conosco mais do que já acabou.

Programa

Foram entregues a duas altas figuras do Poder Judiciário, ambas da maior respeitabilidade e nenhuma do Rio, transcrições de uma programação de atos imaginados para sustar a publicação, nesta coluna, de informações inconvenientes a Moreira Franco e seu círculo. As transcrições incluem trechos importantes das conversas que selecionaram os atos e estabeleceram a programação, assim como nomes de elaboradores do plano.

Mudaram o secretário de Polícia Civil do Rio, mas a onda de criminalidade não diminuiu.



O presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, em seu gabinete

CLÓVIS ROSSI
Enviado especial a Brasília

O presidente nacional do PMDB, do Congresso constituinte e da Câmara Federal, Ulysses Guimarães, está pedindo votos de seus companheiros de partido para os cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, tese que defende publicamente, e emite sinais de que não mais considera inevitável uma derrota do PMDB, se as eleições ocorrerem em 88.

Anteontem, em reunião com um grupo de deputados da chamada "esquerda independente" do partido, Ulysses ouviu a argumentação de um deles (Francisco Pinto, BA) no sentido de que o desgaste do PMDB levaria à derrota no ano que vem, tese que o presidente peemedebista sempre defendeu, em conversas reservadas, como um dos argumentos para jogar para 89 o pleito presidencial.

Desta vez, Ulysses contra-argumentou: a recuperação do prestígio de alguns governadores, evidenciada em pesquisas de opinião pública, demonstrava, em sua opinião, que a derrota peemedebista não era uma fatalidade.

Nessa mesma reunião, Ulysses disse uma frase que seus interlocutores interpretaram como um lavar de mãos em relação ao mandato de Sarney: "Minha responsabilidade é com o partido e com o país". Nenhuma referência, portanto, ao mandato, justamente o assunto que levou os peemedebistas a procurar seu presidente para uma conversa.

Publicamente, entretanto, Ulysses continua defendendo os cinco anos e recebe até agradecimentos formais do Palácio do Planalto: ontem, o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, atribuiu em parte à essas declarações públicas de Ulysses (como a que foi publicada nos jornais de ontem) o forte crescimento da tendência pelos cinco anos de mandato na Comissão de Sistematização, na qual o tema será votado amanhã.

Deputado muda posição de acordo com momento

Logo em seguida à posse do ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira, no último dia 29 de abril, o deputado federal Ulysses Guimarães (PMDB-SP), presidente do PMDB, da Câmara e do Congresso Constituinte, afirmava em seu gabinete que se o desempenho do novo ministro não fosse satisfatório "as diretas em 88 seriam inevitáveis".

No dia 17 de maio o deputado Ulysses Guimarães concluiu um substitutivo ao projeto do relator da Subcomissão do Poder Executivo, senador José Fogaça (PMDB-RS), propondo a adoção de um sistema de governo presidencialista, com mandato de cinco anos.

Um mês depois, o presidente Sarney afirmava em cadeia de rádio e televisão que considerava encerrada a discussão em torno da duração de seu mandato, pretendendo fechar questão nos cinco anos. Depois de ouvir o pronunciamento, Ulysses disse que "a Constituinte é quem decide" o mandato.

Essa avaliação contrasta, entretanto, com a ação de governadores muito próximos de Ulysses: tanto Miguel Arraes (PE) como Waldir Pires (BA) começaram ontem a trabalhar, ainda que veladamente, para que a Sistematização de quatro e não cinco anos para Sarney. E, paralelamente, o ministro mais íntimo de Ulysses (Renato Archer, da Previdência Social) era cobrado delicadamente pelo Planalto para que começasse a se mexer para convencer constituintes a votar pelos cinco anos.

A avaliação do Planalto é a de que Archer não mostra o mesmo empenho de ministros como Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, na busca de votos a favor dos cinco anos.

Frota diz que só assume EBN com nomeação de auxiliares

Da Sucursal de Brasília

O jornalista Antônio Frota Neto, 44, ex-porta-voz do Palácio do Planalto, disse ontem que, embora nomeado pelo presidente José Sarney, não vai assumir na próxima segunda-feira a presidência da Empresa Brasileira de Notícias (EBN). Frota decidiu esperar que primeiro seja publicado o ato de nomeação de três auxiliares indicados por ele: Carlos Zarur para a superintendência da empresa; Luís Fernando Bescow para a diretoria Administrativa e Financeira; e Rosa Maria Dalcin para a diretoria de Produção. Os dois primeiros foram companheiros de Frota na Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência; a última era repórter da revista "Veja".

A nomeação dos três auxiliares —conforme apurou a Folha— sofre restrição por parte do ministro da Justiça, Paulo Brossard, que pediu ao presidente José Sarney a continuidade da vinculação da EBN ao seu

ministério. Brossard ficou sabendo da nomeação de Frota Neto para a presidência da EBN —em substituição a Ruy Lopes— pela televisão. Queixou-se depois a Sarney de não ter sido avisado. Frota, que defende o fim da vinculação da EBN com o Ministério da Justiça e sua transferência para a Presidência da República, já comunicou a Sarney que só assume com a nomeação dos auxiliares indicados.

A despedida oficial de Frota Neto da Secretaria de Imprensa e Divulgação ocorreu quarta-feira passada, mas somente ontem ele deixou definitivamente o cargo. Primeiro conversou com o presidente José Sarney, das 15h às 15h45. Depois, despediu-se dos funcionários do segundo andar do Palácio (onde fica a Secretaria de Imprensa), dizendo "eu não sou mais funcionário daqui". Antes de viajar para Fortaleza (CE), Frota ainda fez pose para os fotógrafos, em frente ao Palácio do Planalto.

Ermírio diz que foi a programa do PTB ignorando sua natureza

O diretor-superintendente do grupo Votorantim e candidato derrotado ao governo do Estado de São Paulo nas eleições do ano passado, Antônio Ermírio de Moraes enviou, ontem, nota à imprensa em reação ao programa do PTB, levado ao ar ontem, em cadeia nacional dizendo-se "surpreendido por ter sido um dos únicos industriais participando naquele documentário".

Antônio Ermírio disse que havia aceitado prestar depoimento, como empresário, sem "ser conhecedor de sua natureza". E lembrou que tendo se desligado do PTB um mês após as eleições de 15 de novembro de 1986, e

considerado encerrada sua carreira política, essa sua participação "poderá induzir a opinião pública a concluir que o referido programa tenha sido realizada com vistas à minha promoção pessoal".

Dizendo desejar esclarecer a classe política, o empresário afirmou que não é "candidato a qualquer cargo dos governos municipal, estadual ou federal" e que "seu compromisso é com a produção, geração de empregos e o bem-estar da nação". E terminou sua nota dizendo que continuará exercendo o seu direito de opinar "com vistas nas próximas gerações e não nas próximas eleições".

Os ziguezagues das posições presidenciais

Do enviado especial a Brasília

O tortuoso estilo de agir do presidente José Sarney ficou claramente evidenciado nesta semana decisiva para a votação de seu mandato, na etapa preliminar da Comissão de Sistematização: o presidente primeiro acenou com uma negociação, chegou a convencer o ferrenho parlamentarista Afonso Arinos, depois endureceu, ao autorizar seu porta-voz, Frota Neto, a chamar de "inimigos" os que votassem pelos quatro anos, e por fim negou que tivesse dito a Frota Neto o que dissera.

A cronologia dos ziguezagues de Sarney e das reuniões de bastidores sobre mandato é a seguinte:

Terça-feira à noite, Palácio da Alvorada: Sarney recebe Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização, em audiência intermediada pelo general Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI. Arinos propõe ao presidente uma negociação que desemboque em parlamentarismo-já com cinco anos de mandato para o presidente. Leva o aval de importantes setores de centro-esquerda do PMDB, adversários duros do presidente.

Sarney não descarta a proposta. Ao contrário: chega a dizer que vai enviar a Arinos, por escrito, propostas para a negociação, na direção sugerida pelo senador. Arinos sai do Alvorada certo de que há um acordo virtualmente fechado.

Quarta-feira: Sarney dita a Frota Neto as duras frases que o porta-voz repetiria, chamando de "inimigos" os que se definissem pelos quatro anos.

À noite, Sarney recebe um grupo de parlamentares do PMDB (Osvaldo Lima Filho, João Hermann Neto, Artur da Távola, Néelson Wedekin, Antônio Mariz). Nega que tenha dito o que Frota dissera que ele disse. E concorda com a proposta para uma negociação entre ele e as "lideranças institucionais" da Constituinte, na



Costa Couto (2º da esq. para a dir.) reúne-se no gabinete da liderança do PMDB no Senado para discutir o mandato

etapa final, da votação em plenário, para permitir que surja uma Constituição de consenso.

Sexta-feira: O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, vai ao Congresso e ao gabinete do senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, reúne-se com nove constituintes, todos parlamentaristas. Ouve amargas queixas sobre as frases de Sarney da antevéspera e dá a sua versão sobre elas.

O presidente teria dito apenas o seguinte: "Quem votar menos de cinco é porque é meu adversário

político ou meu inimigo pessoal e, estes, tenho-os poucos".

Os interlocutores insistem em que é preciso evitar um confronto entre o Congresso constituinte e o Executivo. E Egídio Ferreira Lima (PE) chega a dizer que a única maneira de acalmar as coisas é o presidente ir à televisão e dizer enfaticamente que respeita as decisões do Congresso constituinte. (Costa Couto, ao sair, diz exatamente isso, ao ser entrevistado pelos jornalistas).

Mas não houve, nesse encontro, qualquer negociação. "Eu não estava

autorizado", disse à noite o ministro Costa Couto à Folha.

Os parlamentaristas que esperavam ainda por uma negociação em torno da fórmula que Arinos levava na terça-feira ao presidente ficam frustrados e, de alguma maneira, desorientados.

Tudo o ziguezague do presidente vai influir de alguma maneira na votação. Mas de que maneira e em que direção, só vai se saber mesmo amanhã, quando o placar eletrônico da Câmara mostrar quem votou quatro e quem votou cinco anos. (CR)

Brasília - O presidente José Sarney reuniu-se ontem à noite com os generais Leonidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, e Ivan de Souza Mendes, chefe do Serviço Nacional da Informações (SNI), para uma avaliação da situação política. O encontro ocorreu durante um jantar na casa de Ivan, no lago Sul. Os três estavam acompanhados de suas mulheres.

Novo regimento - O plenário do Congresso constituinte votará até a próxima quarta-feira as mudanças em seu regimento interno. Este prazo foi dado pelo presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, ao deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE), um dos líderes do "Centrão".

Médicos - Para Arlindo Chinaglia, 37, presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo, a votação da Comissão de Sistematização que decidiu vedar a liberação de recursos públicos para investimentos de instituições privadas de saúde, "foi uma boa decisão", porque "quem vê a medicina como atividade empresarial não deve buscar recursos públicos".

Favores - O deputado Antônio Ferreira (PFL-AL) negou ontem que a nomeação de seu amigo Carlos Roberto Pereira, para o cargo de gerente geral da Caixa Econômica Federal em Alagoas, tenha modificação do seu voto sobre regime de governo e mandato presidencial.

Procuradores da Fazenda recusam carreira na União

Da Reportagem Local

Os procuradores da Fazenda Nacional em São Paulo enviaram ontem telex ao Congresso constituinte pedindo a aprovação dos destaques dos deputados José Genoíno Neto (PT-SP) e Brandão Monteiro (PDT-RJ), que suprimiriam dois parágrafos do artigo 14 das Disposições Transitórias do Cabral 2, segundo os quais "os Procuradores da Fazenda Nacional passam a integrar, em caráter efetivo, a carreira de Procurador da União".

O procurador regional Gentil Domingues dos Santos, 42, disse que a Sistematização contribuiu com a "separação das funções de fiscal da lei e de advogado da União" (acumuladas hoje pelos Procuradores da República) ao aprovar a criação da Procuradoria Geral da União.

Para outro procurador da Fazenda Nacional de São Paulo, Luiz Fernando Hofling, 43, o Congresso constituinte deveria "institucionalizar a advocacia da União concedendo representação judicial à Procuradoria da Fazenda". Os procuradores contestaram que a criação da Procuradoria prov. caria o surgimento de um "trem-da-alegria".

Batalha é voto a voto; ganham 5 anos até agora

Do enviado especial a Brasília

Acelerou-se ontem uma frenética corrida pelos votos dos 93 membros da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, que, amanhã, tomam a decisão preliminar a respeito da duração do mandato do presidente José Sarney. Resultado provisório da batalha, até o cair da noite: os cinco anos ganham com 58 a 60 votos, dos 93 possíveis, na avaliação que os constituintes fiéis ao governo levaram ao Palácio do Planalto. Ou, na visão dos defensores dos quatro anos, já são 45 os constituintes definidos pelos quatro anos, faltando, portanto, apenas dois votos para a maioria absoluta (conta de Antônio Perozo, vice-líder do PMDB na Constituinte).

A gangorra das previsões tem uma explicação fácil: antes de se votar o mandato, vota-se a maneira e a data de implantação do parlamentarismo (já aprovado, nas disposições permanentes). Dependendo do resultado dessa votação, alteram-se as contas em relação ao mandato. "Se der parlamentarismo-já, ganham os cinco anos; se der parlamentarismo só para depois de Sarney, ganham os quatro anos", resume Gastone Righi, líder do PTB, que vota parlamentarismo-já e cinco anos em qualquer hipótese.

Esse é o nó da questão: os parlamentares de oposição a Sarney ficaram corroidos pela dúvida. Pre-

tendiam votar cinco anos de mandato para o presidente, na certeza de que, se votassem quatro, a campanha presidencial ganharia a rua imediatamente e o parlamentarismo seria derrubado no plenário da Constituinte, afinal o fóro que realmente decide em última instância.

Mas passaram a ouvir argumentos como o do senador José Richa (PMDB-PR), para que, se for aprovado um mandato de quatro anos, com parlamentarismo-já, será o rolo compressor do Palácio do Planalto, no plenário, que derrubará o parlamentarismo. Para ajudar a dissipar essas dúvidas e fazer a balança inclinar-se pelos quatro anos, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, despachou para Brasília seu secretário de Governo, Marcus Cunha, que veio buscar votos em favor de quatro anos. A posição de Arraes tende a influenciar alguns nomes da chamada "esquerda independente" do PMDB, favoráveis a parlamentarismo-já com cinco anos para Sarney, como Mário Lima, Francisco Pinto, Virgildásio Sena, todos da Bahia, Egídio Ferreira Lima e Osvaldo Lima Filhos, ambos pernambucanos.

Ao anoitecer, chegava também Almino Afonso, vice-governador de São Paulo, que se reuniria, à noite, com constituintes peemedebistas, provavelmente para esgrimir o mesmo argumento que deu à Folha na semana passada: "O governo está

agindo tão desastrosamente que começo a pensar que é melhor fazer a eleição presidencial no ano que vem".

A máquina de caçar votos do Palácio do Planalto, entretanto, parece superar de longe as iniciativas mais ou menos individuais dos "quatroanistas". Ela não poupa sequer telefonemas pessoais do presidente a constituintes já definidos pelos cinco anos, como Inocêncio de Oliveira (PFL-PE). "É para evitar que os amigos se sintam deixados de lado, se se telefonasse apenas para os que estão inclinados a votar quatro anos", explica Henrique Hargreaves, assessor do Gabinete Civil.

O presidente vai telefonar para todos os 93 membros da Sistematização, se atender ao plano de guerra montado pela sua assessoria. Mas os telefonemas são apenas a ponta visível e amena da guerra. Nos computadores palacianos ou de ministérios absolutamente fiéis a Sarney, estão armazenados e sendo continuamente checados dados como cargos, empréstimos de bancos oficiais, convênios, concessões de emissoras de rádio e televisão dadas pelo atual governo a constituintes. Tudo isso será cobrado, na hora certa.

Nesse tiroio de bastidores, é muito difícil fazer cálculos precisos: até o anoitecer de ontem, prevalecia a impressão de que a disputa será decidida por poucos votos, em favor de um lado ou outro. (CR)

QUANTOS FORAM AO PLENÁRIO ONTEM

PRESENTE	AUSENTE
Congresso constituinte	não houve sessão
Senado	não houve sessão
Câmara dos Deputados	não houve sessão
Assembleia Legislativa	não houve sessão
Câmara Municipal	não há sessão às sextas-feiras